

Protocolo de Entrevista - Direcção Regional Educação do Norte/ Equipa Multidisciplinar (ED12)

Entrevistado 1: Dirigente da Direcção Regional

Entrevistado 2: Dirigente da Direcção Regional

Entrevistador: José Hipólito

Data/Hora: 29 de Dezembro de 2008, 15h00

Entrevistado 1...da boa vontade do Senhor Secretário de Estado, não é? Despacho anual do Senhor Secretário de Estado. O objectivo é que vai abrir quadro de docentes este ano no próximo concurso...

Entrevistado 2: Eles apostavam muito numa mobilização das pessoas que estavam lá sem um contrato por muitos anos. Não eram do quadro, portanto estavam sempre em renovação, ainda que houvesse ali alguns históricos que se mantinham sempre e que defendiam a não estabilidade do corpo docente e isso de alguma maneira veio a criar depois complicações graves na questão da avaliação dos docentes, porque não tinham professores titulares, não tinham estabilidade suficiente para fazer aqueles organismos, aquelas normas necessárias para estabelecer a avaliação dos docentes...

Entrevistador: Isso foi um dos problemas para a renovação do contrato da escola?

Entrevistado 1: E não só...

Entrevistado 2: Sem consciência disso isso recapturou o problema, portanto, arrastou o processo interno de revisão daquela primeira proposta que tinham feito.

Entrevistado 1: Por outro lado, alteração do 115, a prorrogação do 115 pelo 75 e o aparecimento do Conselho Geral, neste momento Conselho Geral Transitório, futuramente Conselho Geral, de alguma forma é uma aproximação ao Conselho que eles têm de pais, ao Conselho de Pais, ou seja, que é um órgão que tem elementos da comunidade educativa, que tem elementos docentes mas que é presidido por um encarregado de educação. Não sabe? Inicialmente, a primeira versão, o 75, o Conselho Geral nem sequer podia ser presidido por um professor, só posteriormente é que isso veio a acontecer. Eles próprios na última reunião reconheceram que de facto o Conselho de Pais deles era muito...

Entrevistado 2: Aquilo é Conselho de Direcção...

Entrevistado 1: Eu acho que é Conselho de Direcção. Eu chamo-lhe Concelho de Pais porque é essencialmente 50% quase...

Entrevistado 2: Um pai é que é o presidente.

Entrevistado 1: É o Conselho de Direcção que de alguma forma meteram-lhe um nome diferente mas a constituição e as competências acabam por ser muito coincidentes com as do novo Conselho e por outro lado é isto que a Dra. Conceição diz que isso acarreta problemas não só ao nível da avaliação dos professores mas depois a todos os níveis da orgânica da escola. Sempre que é necessário preencher grelhas para a DRGHE...porque é assim...um contrato de autonomia é um contrato de autonomia mas não pode contrariar a lei em tudo, há mecanismos que têm de ser cumpridos, e o que é que acontece? Eles não conseguem nunca...

Entrevistado 2: Eles próprios se deram conta de que, por exemplo, não tendo departamentos tinham depois dificuldades de avaliar os professores que estão de alguma maneira integrados nos departamentos deles que eles chamam “domínios”, mas como os “domínios” não faziam parte da primeira estrutura que eles viram aprovado no contrato de autonomia estão ali numa situação que não é carne nem é peixe. Portanto, até têm domínios em termos funcionais, não têm é em termos de reconhecidos no contrato. Portanto, uma das coisas que o contrato iria fazer era também integrar aquilo que corresponde aos nossos departamentos.

Entrevistado 1: Que eles chamariam domínio? Como sabe isso é um processo de negociação, mas nós fomos dando conta e nem de propósito fomos as duas que fomos acompanhando muito de perto essa situação e cada solução do contrato era muito discutida e era muito problemática e não da nossa parte que estávamos sempre abertas a atendê-los, aliás, eles são unânimes em reconhecer isso, da abertura que sempre tiveram da nossa parte na resolução dos problemas, mas desde o Conselho...eles têm o Conselho de Gestão, não é? Que é a gestora, que é um órgão único pessoal, exactamente como no 75, mas depois o 75 permite que o...

Entrevistado 2: Têm um Conselho de Gestão de cinco pessoas, é colegial. Têm é uma...

Entrevistado 1: Exactamente. Têm uma gestora que é exactamente como no 75 que é o processo de reconversão, mas depois quem ganha é o Director que pode escolher os seus Vice-presidentes, os seus adjuntos, etc. O que é que acontece? Ali não. O Gestor é eleito...

Entrevistado 2: Mas tem que se sujeitar àqueles 4 docentes do Conselho.

Entrevistado 1: Exactamente...que já estão na escola...

Entrevistado 2: Claro que quem se candidata em principio sabe qual é a vontade, qual é o imposto que está subjacente, a filosofia o projecto que têm em vigor.

Entrevistado 2: Mas de qualquer forma foram impostas essas 4 pessoas. Isso estava tudo muito em discussão. Eles próprios consideravam que isto era um grande constrangimento, foram sentindo os constrangimentos com a saída da nova legislação, por outro lado, com a saída do 75 eles de alguma forma começam a enquadrar-se em alguns dos órgãos e das estruturas previstas ali.

Entrevistado 2: É um processo com algumas contradições, com alguns avanços, com alguns recuos, como é natural.

Entrevistado 1: E não se questiona a nível pedagógico, nós não questionamos a nível pedagógico, eventualmente tem as suas mais valias. A nível administrativo de facto tem...perdemos muito tempo...

Entrevistado 2: Algumas...tenho que reconhecer que uma das razões...de facto a discussão às vezes era tão demorada que acabava por não ter já eficácia nenhuma e perdíamos o capítulo naquelas questões, ainda que digamos que de alguma maneira foi demonstrado alguma pouca vontade, de início pelo menos, se calhar já evoluíram nisso, de o 75 lhes aplicar directamente, eles estavam na expectativa de continuar a ter diferenças do 75 e eu julgo que têm estofo para isso.

Entrevistado 1: E vão ter, sim.

Entrevistado 2: Quando se falou nisso “então, porque não pensar no 75? Até que ponto o 75 já não responde a algumas das vossas questões?”, “aí não, o 75 assim não”. Dá-me ideia de que se aperceberam dos constrangimentos...

Entrevistado 1: E disse o mesmo que a Dra. Conceição disse...cada um dos processos que iniciaram era tão moroso, tão moroso, tão moroso...e eu estava a falar-lhe por exemplo do Conselho de Gestão, do órgão de gestão, que é colegial mas ao fim ao cabo é unipessoal, não tinham suplementos remuneratórios porque não estavam previstos na lei, não tinham porque não havia enquadramento legal...quer dizer, tudo para eles acaba por ser um constrangimento burocrático, o burocrata criava por eles à luz do regulamento interno que eles criaram. Não por nós administração mas de alguma forma por eles próprios. Não está em causa as dinâmicas pedagógicas mas as estruturas que essas próprias dinâmicas geraram e o facto de serem os

professores sempre contratados, não é? Que era para não oficializar e ao fim ao cabo eles estão lá anos e anos.

Entrevistado 2: Há ali muito contradição.

Entrevistador: Em relação às 24 escolas que sofreram o processo de avaliação externa como é que a equipa aqui da DREN compreendeu a sua tarefa de implementar esses contratos de autonomia? Que orientações é que vieram da administração central?

Entrevistado 2: Ora bem, há 24 escolas que estão na possibilidade de fazer contrato, só 22 é que concretizaram, não é? Digamos que a DREN se calhar teve algum privilégio nesse sentido porque era aqui que se reunia um grupo de apreciação das escolas candidatas, ou seja, as escolas foram convidadas a trazer os seus projectos de contrato, eram ouvidas pelo grupo que era presidido pelo Professor João Formosinho, tinha também o Professor Sousa Fernandes, o Dr. Joaquim Machado e depois dois Directores Regionais da Educação, a Dra. Margarida Moreira, a regente de DREN e também do Alentejo, o Dr. Verdasca, às vezes chamavam outras pessoas, outras vezes chamaram o Director de Serviços de então, aqui do técnico-pedagógico, e ouviram as pessoas e deixaram-nas dizer tudo aquilo que elas pretendiam, digamos que nunca lhes puseram nenhuma pergunta senão de reflexão para futuro, não de impedimento, não de incapacidade de poderem vir a ser contratualizado aquele aspecto ou outro que as pessoas apresentaram. A certa altura aparecia esse grupo de pessoas e portanto ainda tive oportunidade de ouvir algumas escolas a nível nacional, cerca de metade...quem era reinvocado á partida era o Presidente da Assembleia e o Presidente do Conselho Executivo mas podiam vir as pessoas que as escolas entendessem. Lá foram desenvolvendo as suas ideias com a intenção de se criar aqui na DREN uma equipa com dimensão de acompanhamento dos contratos de autonomia que em princípio iriam continuar nos anos seguintes e a Dra. Margarida entendeu que eu deveria passar a estar presente nessas reuniões. A certa altura houve alguns adiamentos sucessivos da data de assinatura do contrato, ainda que o contrato formalmente acabado nunca tivesse chegado ás mãos do grupo de trabalho e acabou por se marcar primeiro uma data em Julho, depois a Sra. Ministra entendeu que não poderia ser em Julho e adiou para Setembro, portanto em Julho, Agosto e Setembro há digamos um reinforcing das escolas e nosso para tentar que alguns ou todos, o que fosse possível, fossem assinados e nós tendo aqui na DREN oito contratos, vários acabaram por se concretizar, os outros 2 que não se concretizaram foi da DREL. Mas digamos que depois dessa primeira fase de trabalho com o grupo de trabalho passaram a ser as Direcções Regionais. As Direcções Regionais é que conheceriam se calhar melhor as condições dessas escolas e é que sabiam também se aquelas pretensões de alargar o número de ou aumentar o número de horas de apoio pedagógico acrescido, o que fosse, estaria ou não estaria nas suas mãos utilizar.

Entrevistador: E nesse primeiro momento do grupo de trabalho quais eram as dificuldades que as escolas apresentavam mais na elaboração das propostas?

Entrevistado 2: Daquilo que eu percebi e daquilo que eu fui observando não apresentavam propriamente constrangimentos. Eles pretendiam fazer à luz daquilo que sentiam como vantagem para o êxito dos seus alunos, para garantir o sucesso dos seus alunos, tinham propostas...algumas muito coladas à parte administrativa, outras com uns voos mais sustentados do que outros, portanto havia ali situações em que se calhar o currículo nacional era mesmo posto em causa e não estava assegurado aquele núcleo duro do currículo. Lembro-me precisamente de uma escola que pretendia introduzir o Mandarim como língua de 2º ciclo, da parte do básico, a partir do 2º ciclo, só que não conseguiu nunca explicar como é que o fazia sem sacrifício da outra língua estrangeira que era obrigatória, não é? Ninguém lho impedia mas não foram capazes de dar aquela volta, não sei exactamente o porquê, porque havia várias soluções possíveis, não é? Nem que fosse acrescentar mais horas ao currículo, mas nem essa solução acabaram por apresentar. Eu depreendo que também terão sido questões internas que não deram com uma solução.

Entrevistador: Depois a DREN como é que se organizou para começar a fazer essa parte da negociação da sua responsabilidade com as tais oito escolas?

Entrevistado 2: A partir do momento em que se percebeu que os contratos de autonomia iriam ser crescentes porque no ano seguinte a DREN tinha cerca de 100 escolas com a avaliação externa feita, portanto, o corpo de 60 escolas que teriam possibilidade de apresentar contratos de autonomia e tentei fazer uma equipa que se começou a constituir em termos formais precisamente entre Junho e Julho de 2007. Quem teve uma maior continuidade acabei por ser eu, por razões de que as pessoas já têm as suas férias marcadas, portanto aquilo foi andando...com um interlocutor também muito bem identificado da parte do gabinete da Sra. Ministra que é a Dra. Ana Paula Gravito que foi de alguma maneira trocando e-mails, vendo os contratos e vendo as pretensões das escolas, foi dizendo aquilo que era possível, aquilo que não era possível, foi daí que foi surgindo um trabalho articulado.

Entrevistador: Que orientações genéricas é que foram dadas ao serviço da DREN para negociar e até mesmo haver uma certa articulação também com as outras Direcções Regionais?

Entrevistado 2: Portanto, havia também que estabelecer alguma linha de uniformidade na flexibilidade que pudesse haver, mas haver algum senso comum também. Tudo aquilo que constituísse ultrapassar o 115-A alto aí!

Entrevistador: Ultrapassar em que medida?

Entrevistado 2: Portanto, havia algumas escolas que pretendiam pura e simplesmente reformular completamente os órgãos de gestão das escolas, inclusivamente num sentido muito pouco democrático digamos assim, em termos de representantes da componente externa à escola, portanto, pais, autarquias...de alguma maneira não se contrariavam essas escolas pelo 75, o 75 veio reforçar a parte externa, não é? Inclusivamente passou pela cabeça que fosse alguém não docente que estivesse a presidir ao Conselho e algumas escolas não pretendiam isso...cansadas da presença dos pais, cansadas da ineficácia dos Conselhos Pedagógicos com a presença dos pais, se calhar a sua organização interna também não conseguiu encontrar algumas soluções, também não era uniforme que todas as escolas quisessem fazê-lo, não eram todas assim. Mas pronto...essa parte do 115-A a Senhora Ministra ela própria se sentiu também impedida de levar a cabo algumas das intenções que as escolas tinham e que ela compreendia. Por exemplo, uma delas que ela acabou por conceder ainda que com umas cautelas registadas, ou seja, a possibilidade de ser o Presidente do Conselho Executivo a designar os coordenadores dos departamentos, não é? Ela própria na altura achou que não podia ser e então gostaria de o poder conceder, então de alguma maneira abriu a porta com a condição de tanto a Assembleia de Escola como o Conselho Pedagógico se pronunciarem favoravelmente, portanto, continuava a reconhecer àqueles dois órgãos um poder que de alguma maneira seria apoiante da decisão do Conselho Executivo mas que não desfigurava tanto assim o 115-A como isso. Outra coisa era por exemplo a contratação de docentes directamente, a única coisa que foi concedida foi pós colocação por concurso as escolas que tinham contrato de autonomia deixavam de estar sujeitas às cíclicas, ou seja, aquele processo todo que só termina no princípio de Dezembro, não é? E podiam imediatamente abrir concurso directo, não estavam à espera, o que também não era assim tão fácil e não foi ainda este ano, porque depois o concurso só pode fazer-se até a um limite de 11 horas, ora quem queria um contrato de 22 horas tinha que fazer...foi uma vantagem um bocadinho envenenada porque na prática acabou por levantar muitos problemas às escolas que pretendiam fazer isso, e portanto, o mais depressa possível colmatar as falhas que tinham com quem queriam, com quem entendiam, também com o procedimento concursal, não é? Não era “como eu quero aquele vens cá tu”, era sempre por concurso, mas de qualquer maneira dificultou. E digamos que se calhar não foi muito mais do que isto, o 115 foi ferido numa dimensão muito ligeira, não é assim uma grande alteração, não há uma quebra do respeito dos princípios, não há nem podia haver no 115-A, a participação...

Entrevistador: Posso dizer que há uma certa relação ou influência neste processo de negociação na elaboração do 75?

Entrevistado 2: Não tenha dúvidas se eu lhe disser que no dia 11 de Setembro, data da assinatura dos contratos de autonomia com a presença do Senhor Primeiro-ministro, a

Senhora Ministra disse “acabou este processo, nós agora vamos ter de pensar no 116-A, contratos de autonomia nos termos em que foram feitos, não!”, até porque uma coisa que se criou foi a expectativa de que se a avaliação externa demonstrava que aquela escola tinha um défice nisto ou naquilo, algumas das deficiências...vamos falar de uma coisa mais básica...falta de instalações, que a escola no seu contrato de autonomia queria ver garantidos os êxitos dos alunos, o desenvolvimento escolar da sua população, mas só o podia fazer em principio se as instalações fossem outras. Portanto, fazendo decorrer o contrato de autonomia de uma avaliação externa que contivesse estes elementos ia também causar um problema logo à partida para quem quisesse fazer um contrato de autonomia – se tinha esses problemas queria vê-los primeiro resolvidos, se lhe eram externos, queriam vê-los primeiro resolvidos e exigia naturalmente da administração que essa correcção se fizesse.

Entrevistador: A propósito da avaliação externa, como é que se pode interpretar o papel desse grupo de trabalho da avaliação externa para este processo? O grupo de projecto-piloto que foi o que sustentou estas 24, não é? Como é que se pode interpretar o papel deste grupo neste processo de contratualização?

Entrevistado 2: Foi um papel de estímulo de alguma maneira, porque ouviu, não negou nada à partida, a parte difícil ficou depois para as Direcções Regionais, foram as Direcções Regionais que tiveram de dizer “isto aqui não passa, isto não passa...”, mas acho que foi um bom momento de reflexão e foi também depois, acho eu...o grupo de trabalho deu também contributos importantes para depois a formatação dos contratos, ou seja, foi tentando inclusivamente fazer alguns escalões de níveis de autonomia, depois acabaram por não prevalecer, mas digamos que havia um grau zero de autonomia que toda a gente já tem, não é? Depois os contratos iriam conhecer um primeiro grau, aquelas que cumpriam aquelas condições e queriam ter aquelas condições, um segundo grau quando já dessem provas a partir do primeiro grau de que poderiam aceder ao segundo grau. Por exemplo, a alteração do currículo com repercussões a nível nacional ser depois de uma experiência devidamente avaliada da condução dessa parte curricular que eles pretendiam ver alcançada, portanto há ali um trabalho importante, por um lado em direcção às escolas de destino de procedimento de reflexão que lhes era de alguma maneira devolvido, por outro lado, internamente em termos de estrutura do Ministério, tanto para as Direcções Regionais como para o próprio gabinete da Senhora Ministra acho que foram importantes na sustentação que fizeram.

Entrevistador: Houve alguma reunião formal com as equipas das Direcções Regionais que iam depois pegar no testemunho e continuar a negociação?

Entrevistado 2: Tiveram no gabinete da Senhora Ministra...digamos, a Portaria terá sido muito forjada, a Portaria que saiu mais tarde, terá sido muito forjada também por mão desse grupo piloto e quando a Senhora Ministra de alguma maneira decide que irão ser assinados

contratos de autonomia, que vão ser cinco...porque houve uma altura em que houve alguma hesitação se não deveriam ser dois, três, simbolicamente por Direcção Regional e não todos terem essa possibilidade, mas quando ela decide que todos vão ter a possibilidade assim que consigam cumprir aquelas condições, é feito com todas as Direcções Regionais e o grupo de trabalho presente e a IGE também presente, e quem mais? O Gabinete de Gestão Financeira, o Dr. Edmundo Gomes...estavam os parceiros da parte do Ministério mais importantes. Infelizmente não saiu a Portaria, a data de assinatura é anterior à saída da Portaria, mas digamos que a Portaria foi comunicada antes de ser publicitada a todas as pessoas para elas saberem quais eram os ingredientes. Mas aquela comissão local de acompanhamento, aquelas condições que estão na Portaria muito bem pensadas, solidificadas, acho que o grupo de trabalho foi essencial nisso.

Entrevistador: E os resultados da avaliação externa? Qual foi o peso deles na negociação dos contratos?

Entrevistado 2: Na primeira versão, nas primeiras presenças que eu assisti houve de facto algumas escolas que esqueciam as recomendações que a avaliação externa tinha feito, portanto, de alguma maneira a Portaria veio impedir isso quando exigiu; exigiu isso para os seguintes que nunca mais aconteceram, porque os primeiros não tinham essa noção, não sentiram essa obrigação de dizer quais eram os pontos de partida, porque chegava em termos de apuramento dos dados de avaliação dos alunos, de abandono e depois as condições precisavam, através da avaliação externa, de serem remediadas. Portanto, os pontos de partida toda a gente tem, o projecto de desenvolvimento a partir das condições que a avaliação externa tinha concluído, isso é que não foi exigido a estas 24 escolas. Portanto, esse elemento só seria incluído depois.

Entrevistado 1: Depois de assinado o contrato.

Entrevistado 2: “Porque não estava, vocês não tiveram condições de o fazer, não foi isso que vos foi pedido, mas agora estamos à espera dele para uma questão de avaliação externa e interna que se há-de fazer deste contrato”, que tem uma duração de 4 anos. Ao fim de 4 anos esse projecto de desenvolvimento há-de dar cumprimento àquilo que está estabelecido, portanto isto foi feito à posteriori...

Entrevistador: E aqui para os serviços qual foi a importância dessa avaliação externa para a negociação?

Entrevistado 2: Foi de alguma maneira ir dizendo que aquele corpo de texto que vinha com o contrato de autonomia de certa maneira não correspondeu, porquê? A maior parte das pessoas acabou por fazer alguma coisa relacionada com as tais fragilidades que a IGE tinha notado e

portanto vão dar correspondência a isso, digamos que não é por iniciativa das Direcções Regionais, é na senda do grupo de trabalho que tinha feito o primeiro contacto.

Entrevistador: Quais foram os artigos mais difíceis de fechar? O das competências? O dos contributos? Dos objectivos gerais?

Entrevistado 2: Os gerais e os específicos não foram assim tão difíceis como isso, porque as escolas de alguma maneira também percebiam aquilo que tinham de dizer, aquilo a que tinham de se referir, isto porquê? Porque se não tinham olhado para as fragilidades e se tinham sido alertados para elas depois também sabiam inclui-las, não é? Se calhar a parte mais morosa acabou mesmo por ser as obrigações a que o Ministério da Educação se comprometia, acho que foi essa a parte que de alguma maneira demorou mais a estabilizar e a se decidir. O que é que ia ser concedido a uns, o que é que não ia ser concedido a outros, se foi aquele também devia ser a outro....porque entretanto no gabinete da Senhora Ministra foi feita uma coisa muito bem feita que acho que vale a pena evidenciar e faz parte do contrato de autonomia, que foi o preço a que cada aluno ficava tanto do básico como do secundário cruzando vários elementos de professores, recursos humanos afectados a cada uma das escolas ou agrupamentos – não esquecer que temos agrupamentos incluídos – depois também tínhamos algumas discrepâncias, ou seja, um agrupamento com pessoas muito velhotas em termos de carreira ficava mais caro cada aluno, ainda que os velhotes se calhar não recebessem mais dinheiro dos que eram mais novos, mas houve essa discussão, que depois ficou integrado no contrato, é a última página, para ser mais fidedigno depois a evolução que se viesse a fazer. O preço do aluno se calhar ia ser referência ali para conceder mais isto ou não, porque se já era muito caro não havia razões para estar a assumir horas de apoio...crédito global...se já era muito caro, já estava muito acima, já tinham recursos, tinham que saber aproveitar, se tinham o preço do aluno abaixo da média nacional então se calhar valia a pena compensar aquela escola...o crédito global poder ser atribuído, normalmente foram 44 horas.

Entrevistador: Isto como era novo, a nível dos saberes da escola houve a manifestação de alguma dificuldade na elaboração dos artigos, a nível dos objectivos? Houve uma aprendizagem rápida?

Entrevistado 2: Houve, acho que foi relativamente rápido, eles aperceberam-se do que era importante. Aquela tal portaria acabou por ter versões não definitivas, não é? Provisórias! Essas questões provisórias foram dando de alguma maneira luz a algumas das questões que tinham de ser incluídas no contrato e acabaram por ser.

Entrevistador: Eu sei que é um pouco difícil mas as escolas ao estarem a contratualizar qual era o núcleo duro de negociação delas que era aquele ponto que diziam “bom, eu só assino se isto for...”?

Entrevistado 2: Tenho impressão também de que a questão depois do tempo de ser Agosto e tal, e depois Setembro...

Entrevistado 2: na véspera ainda se estava a negociar.

Entrevistado 1: Dia 10 de Setembro ainda havia confusões. Mas digamos que há vários modelos. Aquele que eu posso referir com mais frequência foi o Conselho Executivo tomar em mãos o processo e ir dando conta depois ao Presidente da Assembleia, ao Presidente do Conselho Pedagógico. No momento final os órgãos foram consultados, não as pessoas, os seus presidentes, mas os órgãos, daí ter havido depois outro tipo de pressões. É que nessa altura se calhar já o Conselho Executivo está interessado em assinar e também não podia ir contrariar a Assembleia e o Conselho Pedagógico que de alguma maneira tinha imposto e decidido, portanto, houve ali também alguma fricção final precisamente por causa desses órgãos. Houve outros que não. Houve outros que sempre levaram as questões aos órgãos em plenário de Assembleia ou plenário de Conselho Pedagógico, portanto, a situação deles foi mais fácil em termos finais, porque estão escorados no processo.

Entrevistador: E a nível de exigências e contrapartidas? O que era aquilo que as escolas achavam como essencial?

Entrevistado 2: Precisamente por causa dessa questão da avaliação externa se referir a alguns casos esses défices, que a própria escola não tinha culpa de sofrer deles, alguns fizeram dos contratos de autonomia quase um caderno de reivindicações para poder colmatar essas questões, portanto muito mais do que perceber que o contrato tinha uma parte deles e uma parte dos outros da administração mas tiveram alguma tendência no princípio de entender que a administração é que tinha de colmatar. Os princípios que viessem a assumir só eram assumidos em termos de números por exemplo, não é? Se fosse garantido que a administração fazia isto ou fazia aquilo, dotava os laboratórios, fazia obras, atribuição de mais recursos humanos, mais horas de créditos. Um fizeram esse caderno de reivindicações, outras não, outras também tinham outras exigências. Outras já sabiam por exemplo que iam entrar no parque escolar e já não precisavam de obras, já estavam garantidas, é por aí...

Entrevistador: Houve outros actores que participaram neste processo? Estou-me a lembrar por exemplo do caso dos agrupamentos, a questão dos Conselhos Municipais de Educação ou das Câmaras Municipais uma vez que as escolas do 1º ciclo estão...

Entrevistado 1: Na altura não estavam...

Entrevistado 2: Penso que já estavam.

Entrevistado 1: Sim, estavam na tutela...ao nível dos edifícios e da manutenção...

Entrevistado 2: Já havia as AEC's, não é? Já estavam em funcionamento.

Entrevistado 1: Sim, mas as AEC's...a partem pedagógica ainda continua...

Entrevistado 2: Está bem, mas aqui a pergunta não é saber se eles entravam ou não na parte pedagógica, eles lá não estavam participantes disto. Participaram na parte necessariamente de construção da Comissão Local de Acompanhamento.

Entrevistador: Mas eu estava a perguntar na negociação.

Entrevistado 1:Não.

Entrevistado 2: No processo de contratualização? Houve escolas que deram conhecimento disso aos seus vereadores de educação, houve escolas que fizeram isso, porque também houve maneiras de encarar diferentes. Houve escolas que acharam que era prestigiante estar na primeira linha do contrato de autonomia e lutaram por isso, portanto, de alguma maneira foram dando a conhecer aos seus parceiros preferenciais – houve escolas secundárias que fizeram isso – deram conhecimentos aos seus vereadores para eles de alguma maneira lutarem por eles naquilo que eles pretendiam.

Entrevistador: Mas nas negociações aqui na DREN nunca estiveram presentes?

Entrevistado 1:Nunca. Isso está explicitado, é agora a seguir. São tripartidos, no 75.

Entrevistador: Passando agora então ao acompanhamento dos contratos de autonomia...

Entrevistado 1:Não acompanhou. Esta equipa só está aqui há um mês, não é?

Entrevistador: Como é que se processou a criação das comissões de acompanhamento? Portanto, em relação ao recrutamento dos seus elementos, à elaboração dos regimentos?

Entrevistado 1: O regimento nós tentamos de alguma forma facultar e fazemos um trabalho muito em equipa, tentando elaborar uma minuta que depois as comissões de acompanhamento, portanto...

Entrevistado 2: Entrevistado 2: Minutas do contrato feito.

Entrevistado 1: Exactamente. É aquilo a que a gente chama minutas do contrato feito. Depois a indicação dos elementos do Conselho Municipal de Educação foi solicitado de facto aos Conselhos Municipais de Educação, quer pessoalmente, quer por contacto telefónico dos nossos representantes aqui na Direcção Regional, quer directamente aos presidentes das comissões locais de acompanhamento, que fosse indicada uma pessoa para fazer parte, isto formalmente através de ofício, indicado uma pessoa que fizesse parte de cada uma das comissões de acompanhamento. Ao nível das figuras de mérito é que apesar de a Portaria dizer que é a Direcção Regional que define e de facto foi mas ouviu em primeira instâncias as escolas...

Entrevistado 2: Pediu às escolas que sugerissem figuras de mérito reconhecidas e se a Direcção Regional achasse que eram pessoas bem escolhidos com certeza que não tinha nada a opor e ia propondo sempre.

Entrevistado 1: Isto foi o que aconteceu, portanto o processo foi assim e isto foi um processo rápido. Demorou cerca de um mês. O processo mais complicado foi mesmo os Conselhos Municipais de Educação por causa da página das suas reuniões, o resto foi um processo bastante rápido. Mesmo a constituição formal, ou seja, o acontecimento da primeira reunião que foi presidido por um elemento da equipa...

Entrevistado 2: Iniciada...houve uma reunião com as pessoas todas que tinham naturalmente que fazer a averiguação e escolher o presidente e o secretário e isso foi conduzido por nós...

Entrevistado 1: Pelo Ministério da Educação, por essa tal equipa...cada uma de nós assegurava a sua representação, no caso da Dra. Conceição assegurava em duas.

Entrevistado 2: Nós éramos sete.

Entrevistado 1: Éramos sete e cada um tinha uma escola. A coordenadora como é coordenadora claro que tinha duas.

Entrevistado 2: Não, é porque eram oito.

Entrevistado 1: Tinha duas...presidíamos a primeira reunião, não é?

Entrevistado 2: Até aquela parte é que foi eleito o presidente...

Entrevistado 1: O que foi acontecendo é que de alguma forma o presidente toma de facto a dianteira mas a Direcção Regional ainda continua a ter um contributo, dependendo de quem é o presidente.

Entrevistado 2: Das minhas duas não. Da Direcção Regional foi um membro da Comissão Local de Acompanhamento...a minha parte técnica vem ao de cima, ainda bem não é? Ali também não se trata de acompanhar essa parte. Nós distinguimos entre a Comissão Local de Acompanhamento e uma comissão que tinha um trabalho de acompanhamento da escola como se faz em qualquer outra escola, portanto, quando íamos tratar de questões técnicas, umas vezes porque a escola precisava, outras vezes porque nós percebíamos que a escola estava com algumas dificuldades e tentávamos dar uma resposta antecipando alguma crise e essa era uma faceta do nosso trabalho de equipa, a outra era fazer parte das Comissões Locais de Acompanhamento.

Entrevistador: E que dificuldades é que mais ou menos surgiram durante este ano?

Entrevistado 2: Este ano com a questão da avaliação do desempenho dos professores é difícil focalizar, não é? Portanto, não era um técnico-pedagógico que ia resolver essas questões, era muito mais um trabalho interno de escola. Os meus dois presidentes dos Conselhos Executivos das "minhas" duas comissões são membros do Conselho de Escolas, andavam também em constante...

Entrevistado 1: Isso acabou por interferir um bocadinho.

Entrevistado 2: Confusões e trabalho acrescido. Um deles ainda não conseguiu apresentar sequer o balanço.

Entrevistado 1: Perguntou-me à pouco. Quatro já terminaram, quanto ainda não terminaram, o balanço.

Entrevistado 2: Esse que ainda não apresentou tornou-se também membro do Conselho Científico da Avaliação, portanto mais sobrecarga ele tem, não é?

Entrevistado 1: Mas quer o Eça de Queiroz quer o Eugénio de Andrade que são elementos do Conselho de Escola já terminaram. Foram os dois que já terminaram e temos parecer. Estavam a pedir se dávamos o relatório parecer mas isso ainda nem sequer foi para a Direcção...

Entrevistado 2: Foi para a Direcção, a Direcção é que ainda não disse nada...

Entrevistado 1: Não sei se pode ser publicitado...

Entrevistado 2: Em princípio não tem secretismo nenhum.

Entrevistador: A portaria diz que tem de ser publicitado.

Entrevistado 1: Exactamente.

Entrevistado 2: Daquilo que eu conheço do meu parecer já emitido é perfeitamente inócuo, são desafios tanto à própria escola como à comunidade local, municipal, como à Direcção Regional de Educação e o Ministério, são desafios muito interessantes e estimulantes. Agora, não tem de ser aprovado, não é?

Entrevistado 1: Não, não. Aliás, o que diz a Portaria é que deveria haver uma comissão de acompanhamento a nível local e não existe e se calhar é esse um dos constrangimentos e também por outro lado o facto de não estarem os 8 prontos. Se calhar...

Entrevistado 2: Os oito cá. Não sei o que é que se passa no resto do país.

Entrevistado 1: Os oito pareceres não estão ainda...

Entrevistado 2: Os oito da DREN, estás a sentir a falta de quatro da DREN, não é?

Entrevistado 1: Algumas se calhar as comissões ainda nem estariam constituídas, estamos a falar em Dezembro...

Entrevistado 2: Nós o ano passado em Dezembro, portanto nesta altura já estavam as Comissões Locais todas constituídas...

Entrevistado 1: Já tinham todas feito a primeira reunião...

Entrevistado 2: Todas com a primeira reunião, todas com o regime aprovado...

Entrevistado 1: Todas com presidente, tudo, tudo, tudo...

Entrevistador: Quantas reuniões é que...?

Entrevistado 2: Foi previsto na normalidade que existissem duas reuniões para além daquela fundadora, e no meu caso isso foi cumprido na Eça de Queiroz, ou seja, houve uma reunião antes de Fevereiro ou fins de Fevereiro para se puder fazer um balanço do caminho...

Entrevistado 1: Um parecer porque se estava a intercalar.

Entrevistado 2: Era. E depois no fim, em Julho.

Entrevistado 1: A minha também cumpriu. A maioria cumpriu.

Entrevistado 2: Em Julho não. Em Julho é que foi um intercalar porque em Julho ainda não havia os resultados finais do secundário. Em Setembro/Outubro fez-se o parecer definitivo, mas já com alguns elementos fixados da parte do básico, estavam fixados desde Julho. Agora, a outra forma de trabalho da Comissão de Acompanhamento Local da escola de Matosinhos foi completamente distinta. O presidente entendeu e fê-lo com persistência, e levou até ao fim, audiência! Quis ouvir toda a gente da escola, desde o pessoal administrativo até ao pessoal auxiliar, alunos, associação de pais, associação de alunos, departamentos...quis ouvir todas as pessoas para aferir até que ponto aquelas estruturas que estavam todas naturalizadas se tinham metas publicamente expressas e que era preciso dar conta sobre elas.

Entrevistado 1: Prestar contas

Entrevistado 2: Digamos que se calhar houve ali alguma desilusão em certos aspectos. Docentes mostraram que não conheciam o contrato de autonomia e depois têm sempre aquele discurso "nós já fazíamos isto, não foi o contrato de autonomia que nos fez alterar a nossa vida". Ora, deveria ser, não é? Em alguma coisa deveria ser! Mas houve muito esta saída...o Conselho Executivo não sei até que ponto se apercebeu disso ou não porque os recursos que eles tinham eram mantidos perante a Comissão de Acompanhamento Local e não perante o Conselho Executivo, não sei...portanto também não sei o que vem aí em termos do parecer, não faço ideia.

Entrevistador: Entrando na última parte que é sobre o entendimento do contrato de autonomia, então como é que se pode definir o contrato de autonomia?

Entrevistado 2: É um contrato programa, não é? Com duas partes envolvidas a tentarem cumprir os seus compromissos e que se calhar neste momento está muito esvaziado de sentido.

Entrevistador: Qual o lugar deste contrato para as próprias escolas? Que mudanças é que traz, que vantagens, que desafios?

Entrevistado 2: Por exemplo, a outra escola que eu acompanhava eu tenho a sensação de que as pessoas se foram envolvendo de maneira diferente, metendo as metas na frente, portanto tentando perceber que caminhos, que eixos, como eles lhes chamaram, dentro da própria escola deviam sustentar de melhor maneira para poderem vir a cumprir essas metas. Ainda que as metas fosse metas que de alguma maneira eles próprios impuseram, ou seja, as metas que estão nos contratos na maior parte das vezes já estão ultrapassadas, ou seja, os dados que eles tinham do MISI não eram de 2007, a data da assinatura do contrato, eram de 2006, e entretanto depois começou a haver aulas de substituição e outras medidas que o Ministério tomou que contribuíram de alguma maneira se calhar para melhores resultados dos alunos. Uma das hipóteses é esta...houve um agrupamento que reconheceu isso, os professores faltaram muito menos depois com as aulas de substituição, este ano é um ano para esquecer em termos de bons resultados dizia escola, tanto que fixou e está lá isso no contrato que aqueles números de que partia era a média dos três últimos anos, para não ficar com aquele valor tão favorável aos alunos e desfavorável a uma progressão do contrato de autonomia. Portanto, o que tenho consciência e a sensação positiva é de que as escolas começaram a olhar para os objectivos a cumprir com os seus alunos de uma maneira um bocadinho mais rigorosa:

Entrevistado 1: E já agora, acrescentando outra coisa...começaram a ter a preocupação da criação de indicadores, ou seja, o plano de desenvolvimento tem actividades, calendarizações, para tentar perceber até que ponto de facto essas actividades cumprem ou não ou vão de encontro ou não às metas ou se é mais uma actividade...estou a falar explicitamente e acho que é uma das preocupações das escolas numa lógica de ver se faziam as actividades por fazer...qual é a mais valia que esta actividade traz? Que indicadores é que vamos criar para mostrar que esta actividade que pusemos no plano de desenvolvimento no sentido de dar resposta a esta fragilidade contribui para o sucesso ou não dos nossos alunos? É uma preocupação cada vez mais crescente por parte das escolas, pelo menos aquela que eu acompanho e acho que isto é visível naquelas que tiveram indicadores negativos na avaliação externa, porque essas são outras que nós acompanhamos, não têm contrato de autonomia,

que é perceber até que ponto as actividades que são desenvolvidas contribuem e há cada vez mais uma preocupação nesse sentido, de encontrar os indicadores para perceber...

Entrevistado 2: Há uma metodologia que de alguma maneira as escolas por auto-avaliação concluíram que era necessário introduzir e acho que o contrato de autonomia é o grande responsável por isso, por outro lado acho que há uma vantagem na presença de uma Comissão de Acompanhamento Local, principalmente, não tenhamos duvidas, naquela figura de mérito que vem lá de fora que tanto lhes bate como lhes dá...não é? Muitas vezes até exprimem aquilo que eles não conseguem exprimir contra a administração porque é uma pessoa que está ali à vontade, não é comprometida nem com uns nem com outros. Todas mais ou menos do meio académico acabaram por se conhecer. A de Matosinhos é Director de um Centro de Formação de professores.

Entrevistado 1: Mas a maioria é exterior.

Entrevistado 2: O resto é das faculdades.

Entrevistador: Ligadas às Ciências da Educação ou ligadas a outras áreas de conhecimento?

Entrevistado 1: No meu caso eu tenho o Guedes de Oliveira que era o fundador da avaliação externa e que na administração lhe dá forte e feio, eu bem oiço e bem que lhe dou razão...

Entrevistado 2: Por outro lado, em termos daquilo que hoje é o sumo do contrato de autonomia está completamente a esvaziar...

Entrevistado 1: A esvaziar...por isso é que eu estava a fazer este sorriso, porque isso era a nossa grande frustração...era nós olharmos para aqueles contratos que deram muito trabalho à equipa inicial...é assim, apesar de eu fazer parte da equipa só a integro a meio de Setembro porque estava noutros serviços, como outras pessoas da equipa também. Inicialmente deram-me tanto trabalho e eu recordo-me da última fase, até à 00...ver aquele trabalho todo...por outro lado de alguma forma sente-se a influência do 75...

Entrevistado 2: Acho que sim. Um dos argumentos que...quando disseram porque eles tiveram muito renitentes até ao fim para fazerem a assinatura...eu só lhes dizia “não querem, não são obrigados, contrato só se faz se de facto estão interessados”, “mas doutora, o que é que fazemos?”, “não tenho que dizer o que fazer, mas por agora vou-lhe dizer”. Eu gostava de estar num grupo que pudesse influenciar e portanto se eu estou com um contrato de autonomia assinado eu posso de alguma maneira demonstrar aquilo que está bem e aquilo que está mal

num contrato de autonomia, portanto, para mim eu não pedi esta oportunidade, mas se é esse o problema eu não perderei a oportunidade, mas isso sou eu.

Entrevistado 1: Mas estão lá as pessoas indicadas para isso.

Entrevistado 2: E acabaram por ceder porque também à última da hora puseram mais 44 horas de crédito de apoio, descobriram que esse resultado no ano anterior não estava actualizado e em 2007 já tinham até um défice de relação, portanto caiu do céu da manhã para a tarde para a Assembleia de Escola aprovar e na última da hora mandaram-me o contrato, o texto final a dizer-me “Conceição alterei aí algumas coisas”, “alteraste o quê?”, “pus lá também o recurso garantido para a parte da informática, porque pediram-me apoio, portanto mais um recurso humano” e em vez de 44 horas, 66 horas, e eu disse “pois, mas isso não vai poder acontecer, já sabes que não foi isso que foi fechado”, “ai, não me digas que não”, eu não disse que não, fui falar com a Senhora Directora Regional, naturalmente não era na minha voz que estava a decisão, a Senhora Directora disse que não havia hipótese de largar mais do que já se alargou, por isso é assim que fica na primeira versão, depois de milhentas versões, mas aquela primeira que tinha sido acordada e que ele tinha submetido à Assembleia e ao Conselho Pedagógico. Lá recuou essa escola, a essas duas últimas tentativas.

Entrevistador: Em relação aos contratos dos TEIP que pontos de contacto e divergências podemos encontrar em relação aos contratos de autonomia?

Entrevistado 1: As metas que os contratos TEIPE estabelecem são claramente as metas do tipo das do contrato de autonomia. Não negociam é competências acometidas à escola e por parte do Ministério da Educação. Há apenas a contratualização de metas e depois a afectação de recursos humanos, claramente, financeiros e humanos. A partir de agora com o 55 se se fizer uma análise mais detalhada vai-se perceber que o 75 de alguma forma representa um contrato de autonomia. Podem ser reconhecidas competências... imagine que um TEIP chega à conclusão de que para que os seus alunos tenham um resultado escolar melhor não é só a afectação de recursos humanos e financeiros mas precisa por exemplo de gerir o currículo de uma outra forma, em vez de ser só homologado pela Senhora Directora ele pode ir à homologação da Senhora Ministra e todos os itens dos novos contratos a celebrar, estes novos sete, a maneira como vão ser celebrados vai de alguma forma ser parecida com um contrato de autonomia, daí que tenham sido integrados...

Entrevistado 2: E passa a haver inclusivamente a prestação de contas...

Entrevistado 1: Mas até agora ainda não havia a contratualização de competências, competências reconhecidas à escola e agora com o 55 isso aparece, ou seja, com o novo Despacho são contratualizadas em sede de contrato exactamente, tipo contrato de autonomia.

Entrevistado 2: Tu tinhas cinco animadores atribuídos àquela escola, era um contrato que estava feito.

Entrevistado 1: É diferente, mesmo aquelas competências que não puderam ser negociadas em sede de Direcção Regional...o caso do currículo, eu dei-te o caso do currículo porque é da Direcção Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular e portanto claramente ultrapassa a Direcção...

Entrevistado 2: Aliás, quem contrata é a DGIDC, não é a Direcção Pedagógica...

Entrevistado 1: Exactamente. É um bocadinho estranho isto...

Entrevistado 2: Uma coisa também grave...no próprio contrato de autonomia também quem assina é a Assembleia de Escola, o Presidente do Conselho Executivo, a Directora Regional e a Senhora Ministra homologa, portanto, quem falha aos compromissos são as Direcções Regionais...

Entrevistado 1: Exactamente. Neste caso é a Direcção Regional e é a Direcção Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular e estes novos sete que vão ser negociados, as coisas ainda estão em processo de negociação, podem de facto negociar coisas deste tipo e por isso dizer-se já...nós, a IADE já acompanha os TEIP e dizia-se que eles rapidamente iriam caminhar para um contrato de autonomia. O que é acontece é que há sete escolas que nos foram diagnosticadas e a Conceição recorda-se bem que foram identificadas pela IGE como tendo indicadores negativos na avaliação externa de 2008 e portanto necessitaram de um acompanhamento mais esquematizado por parte da Direcção Regional e sendo que destas sete aqui no Norte duas são TEIP's, portanto quer dizer que elas bem precisam ser TEIP, por um lado o tipo de contrato que fizeram foi só contratualizar as metas, não fizeram outro tipo de contratualização, e de facto os indicadores não falharam essencialmente nos resultados escolas e no processo de auto-regulação do agrupamento, ou seja, a capacidade de auto-regulação do próprio agrupamento. Essas escolas estão a ser alvo de um acompanhamento privilegiado, inicialmente ia ser feito pela IADE, agora está a ser feito pelo IGE e estão a construir...aquelas que foram acompanhadas já construíram, tiveram uma reunião com a Inspecção e nós achámos que já teriam construído o plano de melhoria, que é assim que a Inspecção lhe chama, que depois vai ser alvo de nova avaliação por parte da Inspecção...

Entrevistador: Como é que se compreende ou como é que se justifica que na mesma escola, se eu percebi bem, tenham um contrato de autonomia e um contrato de TEIP?

Entrevistado 1:É fácil. Estiveram para sair, ou seja, a Senhora Ministra a certa altura entendeu que as duas escolas TEIP que estavam entre as 24, uma em Miragaia e outra em Lisboa, que já tinham contrato programa portanto já não se justificava que tivessem contrato de autonomia, só que o contrato programa do TEIP termina um ano antes do contrato de autonomia, ou seja, o Conselho Executivo do agrupamento de Miragaia mais concretamente, interessou-se e lutou por assinar um contrato de autonomia porque via prolongadas as condições que tinha como TEIP, percebe? Portanto, em vez de caducar aquelas condições especiais de 20 turmas que tem, os recursos que têm, terminarem em 2010, terminam em 2011 por força do contrato de autonomia. Foi um truque que a escola encontrou e a Senhora Ministra depois também compreendeu e acedeu, não fez daquilo uma questão...mas os TEIP's têm isso...têm esta questão de prestação de contas, de metas a atingir, agora nitidamente partem para uma situação muito distinta das fragilidades do contrato de autonomia, e portanto, é perceptível que há uma afectação de recursos muito mais intensa tanto financeiros como humanos.

Entrevistado 1:E isso é visível. Era isso que eu estava a tentar demonstrar que na avaliação externa é claramente visível. Em sete escolas duas são TEIP.

Entrevistado 2: Dos novos?

Entrevistado 1:Não, não é dos novos.

Entrevistado 2: Estamos a falar dos velhos, são só estes dois: Miragaia e de Alfovelos acho eu.

Entrevistado 1:Os outros que se diz que iriam rapidamente...de facto ainda bem que são TEIP anteriormente e têm afectação de recursos porque as grandes fragilidades deles acontecem exactamente ao nível dos resultados. Tanto que agora os novos TEIP não vão incidir nos índices de violência mas exactamente nos resultados, no sucesso e no abandono.

Entrevistado 2: É. Isso foi também um processo que a Senhora Ministra quis alterar em termos do direito de recrutamento para a definição do que é TEIP e o que não é TEIP, não é? Portanto, as Direcções Regionais foram estimuladas a dizer quais eram as escolas que consideravam mais problemáticas, quais eram os territórios educativos que precisavam de uma intervenção diferenciada e acabou depois por se fazer aqui nas zonas do Grande Porto e da Grande Lisboa, os primitivos são estes. Depois a tentativa de alargamento e aí é passado por um cruzamento de indicadores que a Senhora Ministra iria utilizar. Não sei se acabou por ser

assim ou não porque já não estava na equipa e portanto este alargamento foi um bocadinho diferente.

Entrevistado 1: Existe um CD do MISI, acho que é MISI que se chama, em que há um cruzamento de dados e portanto eles depois são definidos a nível central, quem é TEIP e quem não é TEIP.

Entrevistador: Uma última pergunta: o que é que representa para a missão da DREN a existência destas escolas contratualizadas? Há um esvaziamento? Há um reforço do papel da Direcção Regional?

Entrevistado 2: A Direcção Regional do meu ponto de vista, daquilo que tem como missão, é sustentar o trabalho das escolas tendo em vista a...ora, a sustentação de um contrato de autonomia da parte que compete à DREN só tem de diferente ter um público que pode ler, que individualiza para aquela escola o que é que a DREN tem de fazer, o que é que é esperado que a DREN faça, o que é aquela comunidade educativa pode exigir da DREN. Em relação às outras comunidades educativas que não têm contrato de autonomia é essa a diferença, não se sabe qual é...não está publicitado em termos de acesso a essa informação, não há essa possibilidade de ler na página da escola ou na página da DREN o contrato da autonomia da escola x.

Entrevistado 1: Mas não abandonam minimamente.

Entrevistado 2: Há um contrato assinado e nos outros não há um contrato assinado mas há uma preocupação igualmente.

Entrevistado 1: Porque de facto os indicadores expressos no quadro vão de encontro, não é?

Entrevistado 2: Não fazem distinções nenhuma.

Entrevistado 1: É o acompanhamento às escolas, o combate ao insucesso, o combate ao abandono e aí se formos a ver a contratualização, quer dos contratos de autonomia quer dos TEIP vai nesse sentido.

Entrevistado 2: E depois também pode ver-se outra coisa...há um grande investimento desta Direcção na passagem de competências para as escolas, porquê? Porque confia nas escolas, portanto, estamos a reconhecer que existem áreas de autonomia que não têm razão de não ser exercidas por elas, não é? Não há razão para que a Direcção Regional continuasse, por exemplo, autorizar as viagens de estudo ao estrangeiro passa-se para as escolas porque as escolas têm condições e não estão a sobrecarregar nem a parte deles nem a Direcção

Regional com papéis, com entropias que não têm vantagem para lado nenhum. Portanto, a contratualização da autonomia é uma expressão de uma vontade de ver-se de facto passar para as escolas e reconhecer que a Direcção Regional mais dia, menos dia também deixa de ter missão. Eu estou mortinha para que isso aconteça em termos do que significa para os alunos sabe? A vantagem da Direcção Regional acabar é de facto perceber que as escolas deixaram de ter aquele apoio ou desapoio que era a Direcção Regional umas vezes para ajudar outras vezes para estragar...é isso. Infelizmente quem está no técnico-pedagógico praticamente não tem um dia em que não diz “bem, se calhar é importante que a gente exista, infelizmente” porque há decisões que doem muito em termos do futuro da vida de algumas crianças ou de uma criança só que seja, não é? Acho que progressivamente essas coisas também vão deixar de acontecer.

Entrevistado 1: Ou então há uma mudança que nós dizíamos dentro da IADE que daqui por 10 anos deixávamos de existir, quando conseguíssemos levar todas as escolas à autonomia, mas enquanto equipa de acompanhamento à autonomia e nesse aspecto trabalhei mais com a Conceição como coordenadora, esta equipa que formalmente existe desde finais de Outubro e temos estado no terreno a acompanhar muito mais as escolas do que os indicadores externos e os TEIP propriamente, porque quem marca a escala são os presidentes. Acho que nós podemos ter uma postura completamente diferente e aí se tivermos essa postura...a entidade reguladora nós nunca deixamos de ser, não é? Enquanto existirmos...agora, enquanto companheiros de processo acho que eles nos vêem como...e na autonomia nós vemos um bocado disso.

Entrevistado 2: Aquela escola que não viu os seus procedimentos de gestão interna reconhecidos continua a achar que a DREN se imiscuiu e entende que não devia ter imiscuído. Nesse caso até acho que se imiscuiu bem porque de facto a tendência era de fechar aos docentes e recusar e rejeitar ao máximo os externos à escola. Mas eles não têm isso presente, têm presente que a Direcção Geral chegou e disse que não pode ser, quando até parecia que podia ser, porque o grupo de trabalho não tinha posto as questões que a Direcção Regional veio a pôr. Pôs por imposição...como dizia a Senhora Ministra, o 115-A que ao ser alterado arrastava direitos constitucionais também registados, portanto não havia capacidade em tão pouco tempo de fazer alterar até a constituição, como dizia a Senhora Ministra. (...) Fez com que com que algumas populações provenientes do parque escolar andasse para a frente, como não andaria tão depressa se não houvesse...

Entrevistado 1: Claramente...a nossa intervenção até...

Entrevistado 2: Aí distinguisse de certa forma porque teve esse papel de acompanhamento mais próximo e também tínhamos poucas escolas para acompanhar, não eram todas. E aí algumas das vantagens...

Entrevistador: Em relação com os serviços centrais. É isso?

Entrevistado 2: Centrais...

Entrevistado 1: E não só.

Entrevistado 2: E dentro da DREN.

Entrevistado 1: Quando a gente se apercebe que por exemplo uma figura externa diz que vai ser posta em causa porque os serviços do Ministério da Educação não são cumpridos e não são de facto...as obras, porque está lá escrito que até 2008 se iniciam as obras...e nós estamos presentes numa reunião da Comissão Local de Acompanhamento e directamente fazemos uma intervenção para aqui para os serviços para ver se se pode cumprir, não é? Embora isso depois ainda venha escrito no parecer, que da parte do Ministério da Educação não há o cumprimento integral, mas nós de alguma forma fomos o agilizar dessa parte de o forçar e facilitadora de muito coisa, não é no sentido de facilitismo mas no sentido de eles quererem, por exemplo, agilizar com os recursos humanos e nós estarmos disponíveis, quererem agilizar com os recursos materiais, com o ensino especial, passar tudo por nós e nós tentarmos agilizar e desburocratizar isto...acabamos por fazer este papel.

Entrevistador: Muito Obrigado